

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Diagramação e Capa: Editora CRV

Foto da Capa: Stock.XCHNG

Revisão: Profª Marcilene Rodrigues Pereira Bueno (UNISAL/ Lorena)

**Conselho Editorial:**

Prof. Dr. Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR - RO)	Prof. Dr. Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Prof. Dr. Leonel Severo Rocha (URI)
Prof. Dr. Carlos Frederico Domingues Avila (UniCeub)	Prof. Dr. Lourdes Helena da Silva (UFV)
Prof. Dr. Carmen Tereza Velanga (UNIR - RO)	Prof. Dr. Josania Portela (UFPI)
Prof. Dr. Celso Conti (UFSCAR - SP)	Prof. Dr. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UNIR - RO)
Prof. Dr. Gloria Fariñs León (Universidade de La Havana – Cuba)	Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL - MG)
Prof. Dr. Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Prof. Dr. Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFS)
Prof. Dr. Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba)	Prof. Dr. Solange Helena Ximenes-Rocha (UFPA)
Prof. Dr. João Adalberto Campato Junior (FAP - SP)	Prof. Dr. Sydione Santos (UEPG PR)
	Prof. Dr. Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
	Prof. Dr. Tânia Suely Azevedo Brasileiro (UNIR - RO)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C974

Culturas de violência, culturas de paz: da reflexão à ação de educadores, operadores do Direito e defensores dos direitos humanos / Cândido Alberto Gomes, Grasielle Augusta Ferreira, Sonia Maria Ferreira Koehler (organizadores). - 1.ed. - Curitiba, PR: CRV, 2012.

341p.

ISBN 978-85- 8042-508-6

1. Jovens e paz - Brasil. 2. Direitos humanos - Brasil. 3. Integração social - Brasil. 4. Jovens - Educação - Cooperação internacional. I. Gomes, Cândido Alberto. II. Ferreira, Grasielle Augusta. III. Koehler, Sonia Maria Ferreira.

12-6680.

CDD: 305.230981

CDU: 316.346.32-053.2

13.09.12 28.09.12

039125

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004.

2012

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela:

Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418

www.editoracr.com.br

E-mail: sac@editoracr.com.br

# EDUCAÇÃO SOCIAL ENTRE REDES AFETIVAS E INSTITUCIONAIS

*Geraldo Caliman*

---

## 1. Introdução

A afirmação de que o ser humano é um ser social significa dizer que ele consolida suas condições de bem-estar através do cultivo de relações com as pessoas com as quais ele convive. A própria educação tem como um dos objetivos o cultivo de tais relações de modo a incentivar a formação de pessoas capazes de se sentirem plenamente incluídas na sociedade e na comunidade onde vivem de modo harmônico e propositivo.

A Pedagogia Social, como ciência que se refere ao objeto educação social tem suas características próprias que a distinguem de outros processos educativos focalizados sobre o ensino-aprendizagem e sobre o conhecimento. A Pedagogia Social acentua a dimensão relacional mais que a cognoscitiva, e tende a dar respostas a situações que muitas vezes são conflituosas e deficitárias em relação à integração e adaptação dos sujeitos a seus ambientes e comunidades.

Como a Pedagogia Social, as ciências na pós-modernidade se aperceberam da importância e da eficácia das redes sociais: da importância enquanto parece ser dentro das relações que amadurecem opiniões, se cristalizam atitudes, se constroem visões de mundo, se justificam comportamentos, se consolidam dinâmicas de serviço e solidariedade.

São vários os estudos que focalizam especificamente, e em maior profundidade, a evolução do conceito de redes sociais, especialmente no campo sociológico. Desde os estudos sociométricos desenvolvidos na década de 1930 por Moreno; as pesquisas desenvolvidas pelos estudiosos da Universidade de Manchester no estudo das redes egocêntricas; e os desenvolvidos na Universidade de Harvard especialmente por Harrison White<sup>2</sup>.

O sociólogo norte-americano Mark Granovetter já na década dos anos 70 estudava, sob a ótica da sociologia organizacional, a influencia dos ex-colegas de escola, diríamos, a rede de ex-colegas, em ajudar as pessoas no acesso a novos empregos. Para o autor as redes sociais são resultado de um campo de forças: “The strength of a tie is a (probably linear) combination of the amount of time, the emotional intensity,

the intimacy (mutual confiding), and the reciprocal services which characterize the tie". (GRANOVETTER, 1973, p. 1360). Tempo, intensidade emocional, confiança e serviços recíprocos são as variáveis que, mesmo podendo ser independentes umas das outras, tendem a se unir em certas circunstâncias e caracterizar a significância e a intensidade das redes sociais.

Bauman comenta essa rede de influências em seu livro "Comunidade" e resalta o dilema de indivíduos que devem escolher entre a proteção representada pela comunidade e o medo de perder a liberdade: a proteção da comunidade aqui representando a segurança e proteção e a liberdade; e o medo, um mergulho no mundo do risco e da insegurança (BAUMAN, 2003). Se, por um lado, a rede de convivência era representada prioritariamente pela comunidade tradicional, através das ligações de parentesco, solidariedade, vizinhança, por outro, emerge um novo conceito de comunidade que compreende os espaços das redes sociais virtuais, não geograficamente dependentes e que não exigem necessariamente as relações presenciais.

São inúmeras as pesquisas emergentes no Brasil, relacionadas às "redes sociais". E elas se reproduzem em áreas as mais variadas, como a da comunicação e informática, administração, sociologia, saúde, educação e outras.

Na área da *comunicação e informática* pesquisas são feitas a respeito da transmutação do conceito de "comunidade" em "redes sociais" (COSTA, 2005); outras focalizam especificamente as redes virtuais como uma "ágora" contemporânea, mediada por tecnologias e softwares (VELLOSO, 2008). As novas tecnologias de comunicação e informação utilizam também tais tecnologias como "uma nova forma de contato administrativo e pedagógico dentro das suas comunidades escolares"; e as redes sociotécnicas como "uma das formas em que pode se desenvolver uma rede social". (MEDEIROS – VENTURA, 2008, p. 63-68).

Estudos são feitos também na perspectiva das políticas sociais orientadas à *saúde*. Nelas destaca-se o papel da família e das redes sociais na atenção e na promoção da saúde (SERAPIONI, 2005; MARQUES, 2011). À rede de solidariedade são agregadas as forças do voluntariado, dos grupos de autoajuda, de organizações não governamentais, de vizinhança e de famílias na sustentação e no apoio aos cuidados de saúde. Nas redes sociais de atenção à saúde incluem-se também as políticas e projetos de educação e atenção às pessoas com necessidades especiais, a criação de estratégias de inclusão e de afrontamento de pressões excludentes. Esses estudos ressaltam as evidências científicas da relação positiva entre o "apoio proporcionado pelas relações sociais e o maior ou menor sofrimento físico e psíquico" dos indivíduos. (MARQUES, 2011:947).

Os *estudos sociais* relacionados à pobreza (MARQUES, 2009) ressaltam a necessidade de superação de perspectivas que estudam a pobreza como resultado de características pessoais atribuídas a indivíduos, grupos e famílias; e outras que a vêm como resultado de variáveis estruturais. Tais perspectivas são denominadas de "atomistas" por Marques (2009) na medida em que a explicação tende a provir seja de características naturais dos indivíduos que de características estruturais do siste-

ma social. Nela prevalece a hegemonia de uma visão econômica que busca as causas da pobreza em variáveis ambientais (grupos vizinhanças, ambientes socialmente desorganizados), análises muito influenciadas pela Escola de Chicago (CALIMAN, 2008). Sem negar as perspectivas individuais e estruturais-ambientais que possibilitam analisar a pobreza como resultado de causas que a relacionam ao mal funcionamento do mercado de trabalho e renda, pode-se usar uma perspectiva relacional. Uma perspectiva relacional explora “as associações entre os padrões de relação e a sociabilidade dos indivíduos e algumas das dimensões do acesso a bens e serviços obtidos em mercados como a obtenção de trabalho” e rendimentos de modo que “a pobreza não seria vista apenas como uma questão de reprodução econômica, mas de integração social e de pertencimento” (MARQUES, 2009 p. 473-474) e portanto efeito da participação nas redes sociais.

A *perspectiva normativa e comportamental* tende a estudar as redes que se organizam em base a interesses utilitaristas e de proteção. Entre essas redes algumas têm um caráter de ilegalidade e tendem a nascer como resposta a uma necessidade de defesa e proteção e acabam utilizando-se de mecanismos coercitivos e violentos para se afirmarem sobre o território, controla-lo e usufruir dos “privilégios” da substituição das funções do Estado. Exemplo disso são as redes que alimentam relações finalizadas ao crime e aos comportamentos associativos como gangues, organizações criminais, o tráfico e semelhantes. (CALIMAN, 2002).

Martins (2010) alerta para o risco de

adotar um sentido utilitarista de rede nas ciências sociais, sem considerar que a complexidade da realidade histórica exige a integração de um novo marco interpretativo que amplia as motivações dos indivíduos pela associação e solidariedade coletiva, para além do simples lucro. (MARTINS, 2010, p. 404)

A interpretação das redes sociais em base ao utilitarismo seria um mecanismo de instrumentalização. Uma interpretação utilitarista das redes sociais tenderia a desvalorizar e enfraquecer os legítimos anseios e manifestações dos movimentos sociais e das forças de protesto da sociedade que seriam automaticamente classificadas de grupos finalizados utilitariamente ao lucro, ao crime e aos interesses individuais. As atividades dessas redes seriam desvestidas de seus significados políticos e culturais de modo a diminuir o valor e a força dos movimentos sociais emergentes.

Aqui é interessante fazer a distinção entre associações informais (ex. gangues juvenis), finalizadas mais à busca de proteção e segurança que de bens, que tendem a seguir uma lógica da solidariedade mais que do utilitarismo, e as redes do crime organizado ou redes sociais do crime movidas por interesses e motivações utilitaristas. Esta última é definida como “conjunto de atores que, conectados uns aos outros de alguma forma, dão suporte, em alguma medida, a uma atividade ilegal” (JR., 2009, p. 55). Elas geralmente prosperam na área prisional, nos ambientes socialmente desorganizados e em torno da pilhagem do Estado.

Baker e Faulkner (2004) lembram como as redes sociais podem funcionar de modo paradoxal: de um lado os sociólogos da economia destacam os benefícios que as redes de solidariedade exercem para a proteção das empresas. Por outro lado os criminólogos que estudam os crimes do colarinho branco ressaltam o potencial de prejuízo e exploração que as redes do silêncio e da “omertà”<sup>3</sup> impõem através das redes do crime.

Existem muitos estudos que focalizam o papel protetor das redes sociais para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de risco. Entender o contexto no qual vivem os jovens em conflito com a lei, por exemplo, requer uma resposta a diversos desafios tais como: um estudo do contexto em que as relações sociais foram prejudicadas provocando a inserção deles em contextos violentos e antissociais; um estudo das relações alternativas em que eles se inseriram; um estudo das perspectivas de reconstrução das redes das quais eles se desligaram (família, comunidade, escola, amigos, igreja...) (PEREIRA; SUDBRACK, 2008).

Em “Vida Líquida” Bauman (2007:31) se refere ao fato de que o

emergir da individualidade assinalou um progressivo enfraquecimento, a desintegração ou destruição da densa rede de vínculos sociais que amarrava com força a totalidade das atividades da vida. Assinalou também que a comunidade estava perdendo o poder de regular normativamente a vida de seus membros.

A perda e o enfraquecimento de vínculos convencionais tendem a provocar a exclusão social e a marginalidade e a inclusão em redes sociais alternativas geradoras de conflito com a sociedade convencional. “Lidando intensamente com os paradoxos, os meninos e meninas de rua constroem redes de aliança e sustentação, bem como organizam a sua identidade” (AMPARO; BRASIL, 1998). Outros estudos evidenciam como as redes de apoio social tais como as redes de proteção (família, escola, amigos) e os fatores pessoais (autoestima, religiosidade-espiritualidade) tendem a servir de proteção a adolescentes e jovens em situação de risco social e pessoal (AMPARO et al., 2008).

## 2. As redes sociais na Educação Social

Como acenamos brevemente acima, o conceito de redes sociais tem sido utilizado por distintas áreas do conhecimento e sob diferentes perspectivas. Perguntamo-nos sobre o lugar que a educação, de modo particular a educação social e a Pedagogia Social tem reservado para as redes sociais em suas metodologias e em suas práticas. Certamente, mais que a área da Educação, as Ciências Sociais, em especial o Serviço Social, tem explorado o conceito e os benefícios das redes sociais. E é neste sentido que nas páginas que seguem tentamos identificar alguns elementos importantes na interpretação do conceito de redes sociais aplicado à Pedagogia e

3 O termo italiano ‘omertà’ refere-se à rede de solidariedade orientada à lei do silêncio imposta nos territórios dominados pela criminalidade.

Educação Social. A primeira como teoria geral da educação social, e a segunda como práxis voltada à dimensão social da educação de modo especial na educação não-formal e nas situações de conflito vividos pela infância, adolescência e juventude.

As redes sociais na área da Pedagogia Social, no meu entender, vão muito além da conceituação entendida como “conjunto de nós” mensuráveis através de instrumentos como as Análises de Redes Sociais (ARS). Embora reconhecendo a relevância das análises técnicas sobre as constituições das redes, a Pedagogia Social teria a que ver prioritariamente com a essência dos seus princípios metodológicos, ou seja: a construção das relações, dos vínculos afetivos, da confiança, e da intencionalidade finalizada à lógica do dom mais que à lógica da produção. A Pedagogia Social tende, a esse propósito, a privilegiar dois conceitos chaves no planejamento da ação pedagógica: o de sociabilidade e o de relações.

A sociabilidade permite-nos superar, na pedagogia social, a aplicação da prática educativa como destinada às classes pobres, como se as classes médias não dessem ter a atenção da educação social. De fato entendemos ser necessário superar a concepção de Pedagogia Social como uma prima pobre da Pedagogia. A partir do momento em que a passe a focalizar suas metodologias na ativação das relações humanas e da sociabilidade humana, tenderia a realizar tal superação: todos os destinatários da ação sociopedagógica, sejam eles pobres ou de classe média, necessitam desenvolver as dimensões relacionais e de sociabilidade.

Glória Perez Serrano (apud CARRERAS, 2002, p. 380) coloca ao centro o conceito de sociabilidade enquanto define Educação Social como:

aquella acción sistemática y fundamentada, de soporte, mediación y transferencia que favorece específicamente el desarrollo de la **sociabilidad** (*grifo nosso*) del sujeto a lo largo de toda su vida, circunstancias y contextos, promoviendo su autonomía, integración y participación crítica, constructiva y transformadora en el marco sociocultural que le envuelve, contando en primer lugar con los propios recursos personales, tanto del educador, como del sujeto y, en segundo lugar, movilizandolos todos los recursos socioculturales necesarios del entorno o creando, al fin, nuevas alternativas.

Também Castells (2005, p. 11) acentua a centralidade do conceito de sociabilidade: a construção e integração de uma rede exige que seus integrantes estabeleçam uma ligação entre si, compartilhem valores e objetivos comuns decodificáveis em um processo de comunicação, processo esse que ativa a sociabilidade humana. O autor afirma que

The network society is also manifested in the transformation of sociability. Yet, what we observe is not the fading away of face-to-face interaction or the increasing isolation of people in front of their computers. We know, from studies in different societies, that in most instances Internet users are more social, have more friends and contacts, and are more socially and politically active than non-users. Moreover, the more they use the Internet, the more they also engage in face-to-face interaction in all domains of their lives.

A relação educativa, por sua vez, é essencial para que aconteçam os processos educativos na educação social: o educador tem capacidade de propor mudanças aos educandos se e somente quando consegue construir boas relações baseadas na confiança. A confiança se constrói através de uma presença atenta. Não basta “ajudar”, “educar”, mas é preciso ter autoridade para tal. Quem “outorga” essa autoridade não é a nomeação para um cargo de educador, mas sim a qualidade da relação. Neste sentido é que um funcionário do setor administrativo ou uma cozinheira podem alimentar mais sua autoridade educativa do que às vezes um próprio chamado educador ritualista e pouco presente. A construção da qualidade da relação educativa dependeria muito mais do nível de confiança provocado dentro de uma comunidade educativa que dos níveis de eficiência dos processos de ensino-aprendizagem.

Mais que identificar os componentes das redes sociais no âmbito da Pedagogia Social interessa-nos trabalhar em perspectiva psicossocial e em uma perspectiva organizacional. As redes em nível psicossocial são aqui consideradas a partir das dinâmicas que as alimentam, tais como: (1) as redes de proteção e de relações compostas pela família, pela comunidade e pelos sujeitos institucionais; (2) as variáveis indutoras de resiliência; (3) o cultivo de vínculos afetivos; (4) a eficácia das comunidades educativas, que, através de uma clara e forte proposta de valores, é capaz de gerar ambientes de proteção e de resiliência e de reforçar identidades. Dentro de uma perspectiva organizacional a Pedagogia Social tem como desafio a exploração das redes institucionais, das redes de redes, dos fóruns de defesa e de movimentos sociais. Como também representa um desafio para os educadores e teóricos da Educação Social a utilização das redes sociais virtuais na ativação da sociabilidade e das relações.

### **3. Redes de proteção e seus fatores protetores**

Nas últimas décadas, particularmente no final dos anos 1970 começa-se a falar não somente de fatores de risco, mas também de fatores protetores. A pesquisa sobre os fatores protetores nasce e se desenvolve em modo especial no âmbito da psicopatologia infantil. Um grupo de pesquisa (GRUENBERG, 1981; HAGGERTY, 1996; GARMEZY, 1985; GRIZENKO e PAWLIUK, 1994; RUTTER, 1979; WERNER, 1993; ZUNZ et al., 1993; BROOKS, 1994), representativo de um filão de pesquisa no campo da saúde mental, parte de algumas perguntas: “Quem fica doente?” e “Quem não fica?”; “Porque uma pessoa fica doente?”; “O que podemos fazer para que a doença se torne menos difundida?”

As respostas dadas a essas perguntas podem ser analisadas dentro de alguns filões de pesquisa desenvolvidos na esfera pessoal, familiar e social.

#### **3.1 Na esfera pessoal**

Na esfera pessoal foram promovidas pesquisas de amplo respiro sobre fatores de risco/protetores na infância; (RUTTER, 1993) sobre as crianças filhas de pais doentes mentais; (BLEULER, 1978; GARMEZY, 1985; GOLDSTEIN, 1990;

RADKE-YARROW; BROWN, 1993; BEARDSLEE e PODOREFSKY, 1988) sobre fatores protetores nas crianças com distúrbios da conduta (GRIZENKO e PAWLIUK, 1994). Consideramos que, sobretudo as primeiras, ou seja, aquelas de Werner e aquelas de Rutter, representem bem esse filão de pesquisas.

Em 1955 um grupo de pediatras, psicólogos, psiquiatras e agentes do serviço sociosanitário dos Estados Unidos iniciam um estudo sobre o processo evolutivo de um grupo de 698 crianças nascidas naquele ano na Ilha Havaiana de Kauai (WERNER; SMITH, 1992). O primeiro objetivo era o de documentar de maneira descritiva o período pré-natal e o nascimento das crianças e de segui-las até a idade adulta; o segundo era o de verificar as consequências, ao longo do tempo, das complicações ocorridas na primeira infância, e dos problemas durante o período de crescimento.

Os pesquisadores começaram a examinar a vulnerabilidade das crianças, isto é, a susceptibilidade deles ao desenvolvimento de resultados negativos como consequência de sérios riscos sofridos, como: o estresse perinatal, a pobreza, a psicopatologia dos pais e a desagregação familiar. E, com o passar do tempo, pesquisaram também um outro fator que denominaram “resiliência”: queriam saber o porque alguns dos adolescentes, crescidos em ambientes de alto risco, não desenvolviam problemas comportamentais e de saúde mental.

De fato, das 698 crianças analisadas, 201 foram consideradas em condições de alto risco, devido aos seguintes fatores: pobreza, experiência – entre moderada e severa – de estresse perinatal, ambiente familiar caracterizado por turbulências e discórdias, problemas de doença mental e de alcoolismo dos pais.

Entre as 201 crianças consideradas de alto risco, 72 cresceram sem grandes problemas: demonstravam ser competentes, confiantes e se tornaram jovens adultos afetuosos. Os pesquisadores aprofundaram a pesquisa longitudinalmente, para descobrir o porquê esses jovens que viviam situação de alto risco cresceram sem grandes problemas. As respostas levaram às seguintes constatações:

a. Quando eram ainda crianças, segundo informações dadas por adultos (pais e outros) que cuidaram delas, elas demonstraram capacidade de atrair a atenção dos adultos e das pessoas estranhas de maneira positiva. As meninas foram descritas como “muito ativas”, “afeiçoadas”, “carinhosas”. Os meninos como “de boa natureza” e de “fácil diálogo”. Os meninos resilientes demonstravam ser mais avançados no que concerne à comunicação, à locomoção e à capacidade de dar respostas aos problemas da vida quotidiana (*self-help skills*).

b. Quando frequentavam a escola elementar, os professores e os pais afirmavam que as crianças resilientes demonstravam, em relação às não resilientes, facilidade de relação com os colegas, de raciocínio e capacidade de leitura. Desenvolviavam muitos interesses pessoais e hobbies que os faziam sentirem orgulhosas.

c. Quando estavam na escola secundária os adolescentes resilientes manifestavam, em relação aos não resilientes, um autoconceito positivo e um “*locus of control*” interno. Demonstravam também atitudes em relação à vida mais consistentes, responsáveis e projetivos. Muitos deles cresceram em famílias com, em média, três ou quatro filhos. Estabeleceram uma estreita relação com ao menos um dos adul-



tos significativos que cuidavam deles e que lhes davam atenções positivas quando crianças. Alguns deles tiveram pais substitutivos (avôs, irmãos mais velhos ou outros) que exercitaram uma função de “outro significativo”. Em casa, as meninas manifestavam corresponsabilidade no cuidado com a família, e senso de autonomia. Fora de casa os adolescentes resilientes conseguiram estabelecer boas relações com os amigos, professores e “outros significativos”. As atividades extracurriculares, como a participação em associações, grupos juvenis etc. tiveram também uma função importante no crescimento deles.

No momento em que os pesquisadores começaram a se perguntar sobre as crianças que conseguiram superar de maneira positiva os próprios fatores de risco, se propuseram a identificar na vida pregressa delas a razão de tal resistência ao risco (resiliência) e descobriram diversos fatores que funcionavam como fatores protetores.

Rutter, em uma pesquisa sobre crianças de 10 anos na Ilha de Gales e do centro de Londres, estudou, por sua vez, os efeitos da interação entre diversos fatores de risco e procurou observar os efeitos que se manifestavam quando vários fatores de risco interagiam entre eles. Os pesquisadores da equipe fizeram então um estudo comparativo entre dois tipos de amostras: uma primeira amostra caracterizada pela concomitância de problemas familiares dos mais diversos tipos (discórdias entre os pais, pertença à classe social baixa, alto número de filhos, incidência de criminalidade dos pais e definição da situação familiar como “preocupante” por parte dos líderes locais), e uma segunda amostra sem tais problemas ou com somente um problema.

O resultado demonstrou como a concomitância de diversos tipos de fatores de risco tendia a amplificar entre quatro a dez vezes mais os efeitos negativos dos fatores de risco considerados singularmente. Não seria, porém, a simples soma dos diversos fatores de risco a provocar os resultados, mas o efeito exponencial da interação entre eles. Em outras palavras, não seria a quantidade de fatores que produziriam tais efeitos negativos, mas a qualidade dos mesmos em quanto colocados em uma configuração e interação tais que os tornava qualitativamente exponenciais. O autor, em base a tais resultados, prefere falar de “processo de risco” mais que “fatores de risco”; de mecanismos protetores mais que fatores protetores.

### 3.2 Na esfera familiar

Foram também numerosas as pesquisas sobre os fatores de risco/fatores protetores na esfera familiar. Recordamos somente algumas delas, situadas dentro de determinados setores familiares: a pesquisa de Pianta et al., (1990) estuda os fatores que favorecem uma melhor ambientação escolar; de Emery e Forehand (1996) sobre fatores de risco provocados pela separação dos genitores; de Gratacós (1993) sobre os fatores protetores e de risco dentro da família o estudo longitudinal de Egeland (1993) et al em um ambiente de alto risco, onde os autores analisam como a resposta emotiva ou afetiva dos pais pode compensar o condicionamento negativo do ambiente; de Osofsky et al. (1996) sobre os fatores protetores nas mães adolescentes.

Baseada em dados a nível nacional nos Estados Unidos, a pesquisa de Osofsky et al. consegue obter informações úteis sobre riscos vivenciados e sobre recursos disponíveis nas mães solteiras.

Um dos mais graves problemas sociais nos Estados Unidos é o do confronto com a questão da gravidez entre adolescentes. Em base ao estudo de tais dados, Osofsky et al. identifica fatores de risco e protetores presentes na situação das mães solteiras. Entre os fatores de risco identifica aqueles de ordem biológica (anemia, hipertensão etc.), de ordem ambiental (pobreza, instabilidade familiar, abandono dos estudos, falta de apoio no matrimônio, habitação em ambientes socialmente degradados com consequentes exposições à criminalidade e à violência) e situacional (consequências da situação de risco para os filhos). Entre os fatores protetores os autores identificam o apoio emotivo e social, especialmente aquele dado pelos familiares; a capacidade das jovens mães de prosseguir as próprias metas educativas; o matrimônio durante o período de pós-gravidez e a autoestima.

### 3.3 Na esfera social

Os estudos sobre os fatores protetores e sobre a resiliência são mais presentes na área da psicossociologia que na área estritamente sociológica. Os que existem se situam particularmente no âmbito dos estudos da toxicodependência e dos comportamentos transgressivos. No caso específico da toxicodependência a identificação dos fatores de risco se desenvolve durante a década dos anos 80 por obra de um grupo de pesquisadores pertencentes a um “consorcio” de pesquisadores já mencionado. Tal grupo individuou os fatores de risco em nível individual, familiar, social, escolar e territorial. Entre os primeiros se encontram os fatores fisiológicos, os problemas precoces de conduta antissocial, o isolamento, a desobediência e a rebelião, as atitudes favoráveis ao uso de droga e ao crime, o uso precoce de drogas. Entre os segundos (nível familiar e relacional) eles distinguem entre a escassez e a inconsistência das propostas educativas na família, os conflitos familiares, as atitudes favoráveis ao uso de droga e ao desvio por parte de membros da família, os escassos vínculos familiares; no nível social identificam a rejeição da criança por parte dos colegas de escola e a associação com amigos que usam droga ou que se manifestam como desviantes; no nível escolar são individuados fatores como: fracassos, baixo nível de “vinculação” à escola, o baixo nível de expectativas por parte do pessoal docente em relação à criança; em nível de bairro: leis e normas favoráveis ao comportamento transgressivo, disponibilidade de drogas, desorganização social e estados de extrema privação das necessidades fundamentais.

Uma outra pesquisa representativa é aquela de Cowen et al., (1990) desenvolvida entre os estudantes de Rochester (New York) e orientada a indagar sobre os adolescentes que tinham experimentado quatro ou mais estressores significativos na própria história de vida. Os estudantes considerados mais atingidos pelo estresse foram divididos em dois grupos: os que se revelavam mais resistentes ao estresse (definidos como “resilientes”); e os menos resistentes ao estresse (definidos como “não resilientes”). Os estudantes “resilientes”, e, portanto os mais resistentes ao estresse, apresentavam algumas características comuns quais: maior autoestima, posse de um senso realista de autocontrole, habilidade e competência em resolver

problemas, conjugada com um maior grau de empatia. Além do mais os “resilientes” não tinham experimentado uma separação precoce dos pais e tinham tido um clima familiar adequado baseado no apoio, na atenção e na confiança. Em um ulterior desenvolvimento da pesquisa, organizada ora longitudinalmente, Wyman et al. (1992) se concentram sobre os estudantes em situação de risco por abuso de álcool e de droga. Concluem que aqueles em situação de baixo risco por uso de álcool fomentavam uma maior autoestima e uma maior capacidade de resolver problemas com eficácia. Aqueles a mais baixo risco por uso de droga demonstravam um bom nível de autoestima e uma maior capacidade realista de autocontrole.

#### **4. Variáveis indutoras de resiliência**

Garmezy (1985) observa três dimensões dentro das quais se manifesta o fenômeno da resiliência: os recursos internos da pessoa, da família e do contexto social. Tais dimensões representam também uma síntese dos resultados da pesquisa sobre fatores protetores.

##### **4.1 Os recursos internos: os fatores de personalidade**

Variáveis que compõem as redes sociais, como a família e a comunidade, são consideradas indutoras da resiliência. Tais recursos são representados sobretudo pelo “bom caráter” do adolescente, a autoestima e o autocontrole. São fatores que, no âmbito individual, constituem as variáveis protetoras mais influentes.

O caráter é uma variável biopsicológica que tende a facilitar a capacidade de superação do estresse, de adaptar-se às mudanças e de exprimir os sentimentos.

A autoestima tende a ser outra característica interna dos sujeitos resilientes. Significa a estima de minhas próprias capacidades e a tomada de responsabilidade comigo mesmo e com os outros. Inclui a capacidade de entender os sentimentos e as opiniões que os outros têm da minha competência, de enfrentar os desafios, de aprender seja do sucesso que dos erros cometidos, e de tratar tanto a mim mesmo quanto os outros com respeito. A autoestima se faz acompanhar também por um senso realista do autocontrole e pelo sentimento de esperança e de confiança no futuro, no sentido de que os fatores de risco e o mal-estar que eles provocam podem ser administrados e em muitos casos superados.

O autocontrole é uma variável que se desenvolve como um controle interno e externo. O controle interno diz respeito à interiorização das normas resultantes da socialização primária e secundária: o indivíduo aprende as regras e os limites, interioriza-os e tende a decidir e agir de acordo com o crédito que ele dá aos mesmos. O controle externo é aquele acionado pelas pessoas circunstantes (pais, professores, outro significativo etc.) e pelas instituições (polícia igreja, escola etc.). Um “*locus of control*” realista, ou seja, que se localiza internamente tende a oferecer maiores possibilidades de analisar situações e de tomar distâncias da influência de companheiros com problemas comportamentais.

## 4.2 Os recursos familiares

Os adolescentes resilientes são encontrados com mais probabilidade entre as famílias caracterizadas pelo calor humano, pela afetividade, pelo suporte emotivo, por uma estrutura racional e por uma consciência dos limites comportamentais. A presença de outro membro da família, diferente dos pais, pode substituir em boa parte tal clima positivo. O vínculo com um dos pais, mas também a qualquer figura extrafamiliar significativa poderia ter o mesmo efeito protetor: existem claras evidências de que os efeitos protetores dependeriam muito mais da qualidade, da intensidade e da segurança das relações que da estrutura familiar convencional (RUTTER, 1979).

## 4.3 Os recursos do contexto

Os recursos do contexto compõem-se de uma série de variáveis que funcionam como um encorajamento e um reforço ao sujeito. Tal apoio consegue sustentar o sujeito no momento em que ele tem que administrar seus problemas (realizar o 'coping') e adquirir um adequado set de valores.

Os avós (ou um outro membro da família estendida), os amigos e os grupos da comunidade podem prover à falta de sustentação dos pais. Alguns jovens adultos foram perguntados sobre o porquê conseguiram superar tantas dificuldades. Responderam que foram sustentados pela confiança que tinham depositado em alguém da família como o pai ou a mãe, ou mesmo fora da família, como um professor ou um amigo. A presença de um adulto significativo com o qual o adolescente se identifica e com a ajuda do qual consegue retomar as forças é uma constante entre os adolescentes resilientes.

Outra variável contextual, e que demonstra ser particularmente positiva especialmente para a prevenção do abuso de drogas é a participação em uma estrutura social positiva: grupo juvenil, associação, igrejas, clubes etc. Isso significa ter um lugar ao qual pertencer, compartilhar culturalmente mitos, crenças e rituais, desenvolver o significado da vida dentro de um projeto em construção (ZUNZ, 1993).

## 5. O cultivo de vínculos afetivos

Travis Hirschi (1995, p. 72) refere-se ao conceito de "vínculo afetivo" (*bond attachment*), uma *framework* que permite a discussão das bases emotivas da relação com os outros e com os grupos. A teoria do vínculo afetivo estuda as relações emotivas entre o indivíduo e outra pessoa, grupo ou instituição que fornece e promove um senso de segurança psicológica.

A teoria dos vínculos sociais de Hirschi é do tipo micro-sociológico, e identifica no vínculo afetivo com os pais e com as instituições um forte motivo para a integração da pessoa dentro da sociedade convencional. Hirschi interpreta os comportamentos anti-sociais como provável consequência da perda de vínculos entre

o sujeito e as instituições: o controle social sobre os próprios comportamentos perde a força.

Bowlby (1984) a formulou em modo sistemático. Com base em suas pesquisas o autor estabelece algumas proposições: 1) a confiança na disponibilidade de uma figura à qual se vincular diminui a ansiedade e o medo; 2) tal confiança constrói-se lentamente, a partir do período da infância, e persiste relativamente imutável durante o ciclo de vida; 3) as expectativas em relação à acessibilidade ou insensibilidade das figuras de vinculação afetiva não são “fantasias”, mas refletem a experiência do indivíduo.

A adolescência corresponde a um período de desenvolvimento no qual o sujeito se destaca dos pais e começa a agir independentemente da família. A ligação estabelecida na infância – na qual a mãe, o pai ou quem cuidava da criança representava o outro significativo, se alarga para uma descoberta de outros significativos fora do ambiente familiar. Por meio dessas novas experiências de vinculação afetiva, o adolescente experimenta confiança, aceitação, compreensão e respeito pela própria individualidade. Pessoas que demonstram ser adequadamente “vinculadas” a outros sujeitos significativos tendem a manifestar menos ansiedade, menor hostilidade e maior grau de resiliência em relação àqueles que não tiveram essa mesma experiência. A interação entre os sujeitos e os membros de uma rede de outros sujeitos permite a criação de comunidade, a confirmação da identidade e a prevenção da solidão.

A teoria do vínculo afetivo concebida por Hirschi (1995) partia da hipótese de que as vinculações sociais débeis seriam a razão de problemas comportamentais antissociais (transgressão, delinquência, drogadição etc). As vinculações afetivas, segundo o autor, se dariam por intermédio de quatro dinâmicas: a) a vinculação afetiva, ou sensibilidade em relação aos outros, especialmente com relação aos membros da família; b) o compromisso com um projeto de vida finalizado à carreira escolar e profissional; c) o envolvimento ou quantidade de tempo gasto nas atividades convencionais na escola, nos empenhos familiares, nas atividades extracurriculares, nas atividades religiosas; d) a crença ou aceitação de uma determinada orientação moral, ou de um *set* de valores consensuais à sociedade convencional e a confiança na validade das normas sociais.

A confluência dessas dinâmicas acima arroladas tenderia, segundo o autor, a reforçar os vínculos sociais. A ausência dos mesmos indicaria que não existe suficiente controle interno e externo para frear tendências transgressivas e delinquentiais.

A vinculação afetiva funcionaria como apoio para a interiorização das normas sociais e para a aprendizagem de princípios de cidadania e responsabilidade social. Os jovens que demonstram comportamentos antissociais seriam aqueles que manifestam nas suas crenças, valores, atitudes e comportamentos, uma falta de vinculação com a família, com a escola, com a esfera religiosa e comunitária.

A vinculação afetiva ao grupo de pares é discutida também por Hirschi em termos de “associação” e de “afinidade” com o grupo de pertença (HIRSCHI, 1995). De fato, em relação ao primeiro ponto, muitos comportamentos de adolescentes e jovens em conflito com a lei são cometidos “na companhia” de outros colegas; e em relação afinidade, muitos sujeitos em conflito com a lei têm amigos que se encontram também em conflito com a lei.

## 6. A eficácia das comunidades educativas

Nos fins do século dezanove, E. Durkheim ressaltava uma ligação entre as razões sociais e morais da integração entre os membros da sociedade: ele afirmava que as razões morais fossem somente um reflexo das razões sociais. Diferentemente, nós acreditamos que as razões morais (comunidade moral) não sejam somente reflexo, mas que elas sejam uma matriz de valores, culturas e fatos sociais. Stark e Bainbridge (1996), por exemplo, observando as principais religiões, evidencia a tendência das mesmas em propor aos seus membros um conjunto de valores e normas e de reforçar a coesão social e o consenso em torno de determinadas normas entre seus adeptos. Basta observar como a “conversão” de um fiel a uma determinada igreja acaba conduzindo-o a assumir novos comportamentos e um novo estilo de vida (em geral chamado de “conversão”). Tal fato confirma, diferentemente de quanto acreditava Durkheim, o impacto da ordem moral (e entre tais fatores inclua-se a religião) sobre a vida social, e não o contrário.

Considerando particularmente o caso das gangues como grupos de consenso, percebemos que a vinculação dos membros de uma gangue pode reforçar a conformidade social dentro daquele grupo. (CALIMAN, 2002). O que tende a dar coerência e significado ao sistema normativo de uma gangue é o consenso em torno de crenças, valores, atitudes e cultura compartilhada entre os seus membros. Analogicamente, da mesma maneira os autores buscam correlações entre a cultura de um grupo de pessoas e os comportamentos dos membros que a compartilham.

Uma constelação de valores — ou, se quisermos, uma escala de valores, um sistema de significados, uma subcultura — assumida pela pessoa funciona como referencial em base ao qual ela orienta as próprias decisões. Se os vínculos afetivos fazem com que as pessoas pensem “dez vezes” antes de desagradar o “outro significativo”. Os valores assumidos dentro de um quadro cultural tenderia a orientar as decisões dos sujeitos. Agimos impulsionados por aquilo que acreditamos. Os referenciais de valor constituem verdadeiros sistemas de significação, dimensões que tocam as atitudes fundamentais, a maneira de os jovens se colocarem diante da realidade. Temos a expressão bem atual: “ele é um sujeito de atitude”, expressão essa que demonstra que, por detrás das suas decisões, existe um consenso em torno de uma tendência cultural (valores, crenças, normas e atitudes). Essas tendências culturais assumidas dentro de espaços comunitários constroem centros gravitacionais capazes de influenciar as escolhas e as decisões de uma pessoa. A falta de um consistente consenso em torno de valores (ou de um sistema de significações) pode induzir a tomadas de posições orientadas ao aqui e agora, à satisfação das necessidades e aspirações imediatas, sem critérios de referência, ou em base a critérios efêmeros. De fato, com o enfraquecimento dos referenciais normativos e valorativos mais consistentes, outros motivos, gerados por situações do momento ou da situação presente, ou por necessidades mais urgentes, acabam orientando o processo decisional do sujeito, então sob o imperativo de centros gravitacionais culturais transitórios.

Os sistemas de significação (constelações de valores) resultam de um processo de construção de significados pelo sujeito, segundo preferências pessoais que ele agrega em base aos influxos provenientes das diversas culturas presentes no con-

texto onde vive. Nem todos os sistemas de significação, portanto, são construtivos. Muitas vezes nos encontramos diante de culturas ou tendências culturais (*gangues, naziskins, skin-heads, hooligans, etc.*) que funcionam como matrizes de valores e de significados que não conseguem aprovisionar o sujeito em crescimento com uma formação adequada, que não o ajudam a superar a transição entre a idade adolescencial e a adulta, e que não conseguem conduzi-lo para as metas da maturidade.

É possível construir um ambiente que tenha condições de funcionar como referencial de valores e de normas, que seja forte o bastante para confrontar as pressões de tendências culturais do tipo violento, associal, mafioso, e, ao mesmo tempo, permitir a construção de um “projeto de vida”? Partimos da hipótese segundo a qual a pertença a determinados ambientes, culturas, movimentos sociais, religiosos e comunidades educativas conseguem motivar e educar os sujeitos ao respeito pelos limites e pelas normas socialmente compartilhadas. Não nos referimos especificamente a ambientes inspirados por motivações religiosas, mas também a ambientes de autoajuda (tipo Alcoólicos Anônimos, escotismo, etc.) e escolares (projeto educativo e comunidade educativa).

Existem evidências que uma comunidade educativa bem planejada e operacionalizada tende a constituir-se como elemento essencial na formação de uma rede social de proteção e apoio. Tanto nos ambientes de abrigo (GUARÁ, 2010) como nos processos formativos que ocorrem fora dos ambientes escolares, mas também aqueles que ocorrem dentro deles. Pesquisas mostram evidências (STARK; BAINBRIDGE, 1996, p. 186) de que as escolas religiosas (católicas e protestantes) nos Estados Unidos tendem a oferecer condições de segurança, de contenção de comportamentos associais e de resultados acadêmicos. Poderiam esses resultados ser acreditados à implantação de uma “comunidade educativa” capaz de oferecer opções culturais alinhadas com a educação em torno do ambiente escolar? São hipóteses que nos desafiam a aprofundar a pesquisa sobre o potencial das organizações comunitárias como constituintes das redes sociais e, portanto, como recursos essenciais para as metodologias inspiradas na Pedagogia Social.

A comunidade educativa se constrói em ambientes educativos, sejam eles ligados à escola ou presentes em processos educativos transversais e complementares ao currículo escolar. O que distingue uma instituição socioeducativa de uma instituição escolar não é a sua não-formalidade, mas sim a presença da dimensão relacional e da estimulação da sociabilidade humana, mais que o tradicional binário inspirador de processos que priorizam o ensino-aprendizagem. Diríamos que a instituição escolar prima pelo foco nos processos de ensino e aprendizagem, enquanto que, nas instituições socioeducativas, os processos privilegiados são aqueles que ressaltam a sociabilidade e a relação entre educador e educando, reforçando os “nós” da rede institucional de proteção, dentro de uma comunidade educativa finalizada à mudança de qualidade de vida da pessoa e da coletividade.

Algumas organizações e movimentos conseguem criar um sólido referencial normativo, reforçar estilos de vida, atitudes, comportamentos e identidades, além de

prevenir o vazio e a falta de sentido da vida. As organizações comunitárias, desde que consigam oferecer um sólido referencial normativo constituem-se em um significativo recurso para a prevenção de situações anômicas características das sociedades complexas. Um desafio, em tempos de modernidade líquida; mas essencial para que os jovens tenham um chão onde se firmarem e lancem para um futuro mais seguro.

## 7. A construção de redes interinstitucionais

Sherer-Warren (2006) ressalta como a sociedade civil e os movimentos sociais se organizam para potencializar e organizar sua capacidade de responder às pressões sofridas pelos grupos sociais vulneráveis. A autora identifica “vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas”. (SHERER-WARREN, 2006, p. 110). Num primeiro nível ela identifica o que chama de *associativismo local* composto por organizações comunitárias de bairro e territorialmente articuladas em torno de causas específicas de suas populações. Num segundo nível, ela identifica formas de *articulação inter-organizacionais*, fóruns, associações nacionais de ONGs, redes de redes etc. Por último, num terceiro nível é identificada uma modalidade que a autora chama de *mobilizações na esfera pública*: um upgrade dos níveis anteriores acrescido de uma maior visibilidade através de mobilizações e manifestações em praça pública.

A organização em redes nos segundo e terceiro níveis têm se desenvolvido de maneira mais intensa nas últimas décadas, turbinadas também pelo potencial das redes de informação. Um exemplo pode ser dado neste sentido, em relação ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, onde, sobretudo a partir dos anos 60 aconteceram profundas mudanças metodológicas. O que queremos ressaltar no presente momento são as características dessa mudança: ela nasce do recrudescimento das necessidades, conflitos, urgências, com consequente resposta institucional a tais situações que requerem uma ação organizada; constata-se um aumento do número de instituições socioeducativas; conseqüentemente cresce o número dos educadores sociais envolvidos; nota-se uma diversificação na tipologia ou modalidades de atendimento; acontecem grandes mudanças metodológicas, com a reformulação dos projetos educativos de programas antigos baseados no assistencialismo e na ação caritativa; cresce também a demanda por formação específica no âmbito da educação social. A própria escola, sob delegação da família e da sociedade, e pressionada por contextos socialmente conflituosos, passa a assumir tarefas pertencentes à demanda socioeducativa que à demanda propriamente didática de ensino-aprendizagem. Emerge então a pergunta: e quem pensa no educador social, que atua nessas realidades?

O trabalho do educador social emerge, pois, como uma necessidade da sociedade industrializada, enquanto nela se desenvolvem situações de risco e mal-estar social que se manifestam nas formas da pobreza, da marginalidade, do consumo de



drogas, do abandono e da indiferença social, mas também de déficit de sociabilidade e de relações nos vários níveis de classes sociais. Tem sua atuação preferencial com os chamados “excluídos” da sociedade e que nem sempre estão inseridos nas instituições educacionais mais regulares como a família e a escola. Os educadores sociais aprendem métodos, técnicas e conteúdos educacionais a partir da própria prática e da reflexão contínua sobre a mesma. Nem todos eles possuem oportunidade de formação e muito menos de obter uma titulação para ser um Educador profissionalmente reconhecido. E mesmo os que a possuem necessitariam de um investimento em formação para superação de uma condição profissional indefinida e em alguns casos à mercê da exploração.

Muitos são os educadores sociais que, embora motivados na sua origem, (a) se sentem desprovidos de meios e categorias para interpretar a situação das crianças, adolescentes e jovens em situação de risco, (b) privados de recursos educativos capazes de responder a tais desafios apresentados pela realidade e (c) ainda mais, necessitados de discernir os indicadores capazes de ajudá-los na avaliação permanente de sua ação educativa.

Um modelo de rede interinstitucional é a organizada pelos salesianos no Brasil, os quais desenvolvem um grande volume de atividades educativas dirigidas para a juventude empobrecida e de periferia, em situação de risco pessoal e social. Essas instituições estão organizadas em torno da Rede Salesiana de Ação Social (RE-SAS), que engloba aproximadamente 100 mil crianças, jovens e adolescentes assistidos e quatro mil educadores identificados como “educadores sociais”. A presença de tais educadores em todo o território brasileiro representa um desafio que requer uma resposta abrangente, extensiva e compreensiva dos diferentes educadores sociais em seus diferentes níveis de escolaridade. Por isso a rede proporciona a oferta de um Curso de Pós-Graduação em Educação Social, na modalidade de Educação a Distância respondendo a esses desafios, através da aproximação e promoção da interação entre dos diversos educadores sociais, convidados a construir e sistematizarem coletivamente sua prática pedagógica cotidiana. A rede conta com profissionais contratados e educadores voluntários. Ambos, contratados ou voluntários, são Educadores Sociais. Embora a profissão do educador social já é reconhecida em boa parte dos países europeus, somente na última década um grupo de pesquisa que se reúne em torno dos Congressos Internacionais de Pedagogia Social, busca caminhos para a definição e reconhecimento dessa figura profissional no Brasil.

## 8. Concluindo

A primeira parte deste artigo revelou brevemente uma complexa aplicação do conceito de rede social em várias áreas do conhecimento. Alguns estudos são de tipo mais técnico, analisam as redes através de métodos matemáticos e sociométricos (*network analysis*, ARS ou Análise de Redes Sociais); outros estudam o efeito das redes no resultado das empresas; os profissionais da saúde estudam os efeitos positivos das redes de apoio e solidariedade nas famílias que têm pessoas doentes;

o efeito paradoxal das redes em ambientes dominados pela criminalidade, pela violência e delinquência.

O nosso objetivo foi, a partir de uma visão mais ampla oferecida pelas reflexões já desenvolvidas em outras áreas (saúde, economia, administração, criminalidade...) tentarmos identificar, dentro da área da Pedagogia Social, perspectivas teóricas e técnicas, que reflitam a importância dos vínculos afetivos em nível pessoal, e dos vínculos institucionais na construção de redes institucionais.

a. Reforçar as redes de proteção e resiliência. Os vários autores investigados ressaltam a importância do cultivo da autoestima, da autoconfiança, na construção da resiliência. Pesquisas demonstram como crianças crescidas nesse clima favorável tendem a demonstrar a capacidade de atrair a atenção dos adultos e das pessoas estranhas de maneira positiva. As crianças resilientes demonstraram em relação às não resilientes, facilidade de relação com os colegas, de raciocínio e capacidade de leitura. Muitas delas cresceram em famílias com, em média, três ou quatro filhos. Estabeleceram uma estreita relação com ao menos um dos adultos significativos que cuidavam deles e que lhes davam atenções positivas quando crianças. Alguns deles tiveram pais substitutivos (avôs, irmãos mais velhos ou outros) que exercitaram uma função de “outro significativo”. Em casa, as meninas manifestavam corresponsabilidade no cuidado com a família, e senso de autonomia. Fora de casa os adolescentes resilientes conseguiram estabelecer boas relações com os amigos, professores e “outros significativos”. Entre os fatores protetores os autores identificam o apoio emotivo e social, especialmente aquele dado pelos familiares.

Os adolescentes resilientes são encontrados com mais probabilidade entre as famílias caracterizadas pelo calor humano, pela afetividade, pelo suporte emotivo, por uma estrutura racional e por uma consciência dos limites comportamentais. A presença de outro membro da família, diferente dos pais, pode substituir em boa parte tal clima positivo. O vínculo com um dos pais, mas também a qualquer figura extrafamiliar significativa poderia ter o mesmo efeito protetor: existem claras evidências de que os efeitos protetores dependeriam muito mais da qualidade, da intensidade e da segurança das relações.

b. Cultivar os vínculos afetivos. O clima de confiança nas pessoas e instituições é considerado por alguns autores como essencial para a construção de uma rede de proteção. Hirschi (1995) recorda a importância do cultivo de quatro vínculos: a vinculação afetiva, ou sensibilidade em relação aos outros, especialmente com relação aos membros da família; o compromisso com um projeto de vida finalizado à carreira escolar e profissional; o envolvimento ou quantidade de tempo gasto nas atividades convencionais na escola, nos empenhos familiares, nas atividades extracurriculares, nas atividades religiosas; a crença ou aceitação de uma determinada orientação moral, ou de um *set* de valores consensuais à sociedade convencional e a confiança na validade das normas sociais.

c. Construir relações. A Pedagogia Social teria a que ver prioritariamente com a essência dos seus princípios metodológicos, ou seja: a construção das relações, dos vínculos afetivos, da confiança, e da intencionalidade finalizada à lógica do

dom mais que à lógica da produção. A Pedagogia Social tende, a esse propósito, a privilegiar dois conceitos chaves no planejamento da ação pedagógica: o de sociabilidade e o de relações.

d. Educar à sociabilidade. A educação à sociabilidade e a constituição de comunidades educativas tornam-se recursos metodológicos de relevo enquanto oferecem meios para construir ambientes que tenham condições de funcionar como referenciais de valores e de normas, que sejam fortes o bastante para contrastar as pressões de tendências culturais do tipo violento, associal e mafioso, e, ao mesmo tempo, permitir aos educandos a construção de um “projeto de vida”.

e. Tecer redes interinstitucionais. Parece ser prioridade a tessitura de redes principalmente entre as que permanecem no isolamento, atuando em comunidades e nas realidades locais. Daí a importância de se facilitar seus vínculos com as redes interinstitucionais já constituídas para que ganhem assim maior visibilidade para amplificar os seus objetivos sociais pretendidos e realizados.

f. Permanece um desafio descobrir as potencialidades das redes sociais virtuais para a ativação da sociabilidade e das relações. Seguindo as conclusões de Castells (2005), torna-se um desafio explorar os recursos das redes sociais virtuais para incrementar as relações e a sociabilidade. Ele se refere às redes como um recurso para incrementar a sociabilidade, e que - segundo estudos de diferentes sociedades - os usuários dessas redes são mais sociais, têm mais amigos e contatos, e mais social e politicamente ativos que os não usuários; mais usam a rede e mais se empenham na interação face-a-face.

## REFERÊNCIAS

- AMPARO, D.M. do; BRASIL, K.C.T. Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre: UFRGS, Vol. 11, n. 2, 1998.
- \_\_\_\_\_; GALVÃO, A.C.T. ; ALVES, P.B. ; BRASIL, K.C.T. ; KOLLER, S. H. Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. *Estudos de Psicologia*. Natal: UFRN, Vol. 13, n. 2, p. 165-174, 2008.
- BAKER, W. E. ; FAULKNER, R.R. Social networks and loss of capital. *Social Networks*, n. 26, p. 91-111, 2004.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BEARDSLEE, W. ; PODOREFSKY, M. Resilient adolescents whose parents have serious affective and other psychiatric disorders: importance of self-understanding and relationships. *American Journal of Psychiatry*. Whashington: APA, 145, p. 63-68, 1988.
- BLEULER, M. *The schizophrenic disorders: long-term patient and family studies*. New Haven: Yale University Press, 1978.
- BLOCK, J.; BLOCK, J. H.; KEYES, S. Longitudinally foretelling drug usage in adolescence: Early childhood personality and environmental precursors. *Child Development*. Vol. 59, n. 2, p. 336-355, 1988.
- BOWLBY, J. *Apego*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- BROOKS, R. B. Children at risk: fostering resilience and hope. *American Journal of Orthopsychiatry*. Whashington: APA, Vol. 64, p.547, 1994.
- CALIMAN, G. Pedagogia social: seu potencial crítico e transformador. *Revista de Ciências da Educação*. São Paulo: Unisal, Vol. 12, n. 23, p. 341-368, 2010.
- \_\_\_\_\_. Le bande giovanili nel contesto americano. *Attualità in Logoterapia*. Trento: Erikson, n. 1, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Paradigmas da exclusão social*. Brasília: Universa; UNESCO, 2008.
- \_\_\_\_\_. Promuovere 'resilience' come risorsa educativa: dai fattori di rischio ai fattori protettivi. *Orientamenti Pedagogici*. Torino: SEI, n. 1, p. 19-44, 2000.
- CARIDE, J.A. *Las fronteras de la Pedagogía Social: perspectivas científica e histórica*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- CARIDE, J.A. *La Pedagogía Social ante el proceso de convergencia europea de la educación superior*. *Pedagogía Social: Revista Interuniversitaria*. Madrid: UNED, n. 14, p. 11-31, 2007.
- CARRERAS, J. S. Entrevista a la profesora Gloria Pérez Serrano. Catedrática de Pedagogía Social. *Pedagogía Social: Revista Interuniversitaria*. Madrid: UNED, n. 9, p. 379-388, 2002.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- CASTELLS, M. The network society: from knowledge to policy. In: CASTELLS, M. ; CARDOSO, G. (Org.). *The network society: from knowledge to policy*. Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations, p. 3-21, 2005.
- COSTA, R. da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface Comunic., Saúde, Educ.* São Paulo: UNESP, V. 9, n. 17, p. 235-248, 2005.
- COWEN, E. et al. The Rochester child resilience project: overview and summary of first-year findings. In: *Development and Psychopathology*. Cambridge: Cambridge University Press, n. 2, p.193-212, 1990.
- DURKHEIM, È. Due leggi dell'evoluzione penale. In: CIACCI, M.; GUALANDI, V. (Org.). *La costruzione sociale della devianza*. Bologna: Il Mulino, p. 178-215, 1977.
- EGELAND, B. ; CARLSON, E. ; SROUFE, A. L. Resilience as process. In: *Development and Psychopathology*. Cambridge: Cambridge University Press, n. 5, p.517-528. 1993
- EMERY, R.E.; FOREHAND, R. Parental divorce and children's well-being: a focus on resilience. In: HAGGERTY, R. J. et al. (Org.). *Stress, risk and resilience in children and adolescents: processes, mechanisms and interventions*. New York: Cambridge University Press, p. 64-99, 1996.
- GARMEZY, N. Stress-resistant children: the search for protective factors. In: STEVENSON, J. E. (Org.). *Recent research in developmental psychopathology*. New York/Oxford: Paragon Press, p. 213-219, 1985.
- \_\_\_\_\_. Stress-resistant children: the search for protective factors. In: STEVENSON, J. E. (Org.). *Recent research in developmental psychopathology*. Oxford: Pergamon Press, p. 219, 1985.
- GOLDSTEIN, M. J. Family relations as risk factors for the onset and course of schizophrenia. In: ROLF, J. et al. (Org.). *Risk and protective factors in the development of psychopathology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 408-423, 1990.
- GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. *The American Journal of Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, Vol 78. N. 6, p. 1360-1380, 1973.
- GRANQVIST, P. Attachment and religiosity in adolescence: cross-sectional and longitudinal evaluations. *Personality and Social Psychology Bulletin*. London: Sage Publications, Vol. 28, No. 2, p. 260-270, 2002.
- \_\_\_\_\_; MIKULINCER, M.; SHAVER, P.R. (2010). Religion as attachment: normative processes and individual differences. In: *Personality and Social Psychology Review*. London: Sage Publications, Vol. 14, p. 49-59, 2010.
- GRATACÓS, M. M. L. *Psicopatología infantil y variables familiares: factores de riesgo y factores protectores*. Barcelona: Departamento de Psicología de la Salud, p.323, 1993.
- GRIZENKO, N.; PAWLIUK, N. Risk and protective factors for disruptive behavior disorders in children. In: *American Journal of Orthopsychiatry*. Whashington: APA, Vol. 64, p.534-544, 1994.
- GRUENBERG, E. M. Risk factor research methods. In: REGIER, D. A.; ALLEN, G. (Org.). *Risk factor research in the major mental disorders*. Washington: Government Printing Office, 1981.

- GUARÁ, I.M.F.R. Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. In: BAPTISTA, M.V. (Org.), *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: NECA, p. 59-68, 2010.
- HAGGERTY, R. J. et al. (Org.). Stress, risk, and resilience in children and adolescents. *Processes mechanisms, and interventions*. Cambridge: Cambridge University Press, p.268-316, 1996.
- HIRSCHI, T. A control theory of delinquency. In: HERMAN, N. J. *Deviance: a symbolic interactionist approach*. New York: General Hall, p. 72-79, 1995.
- HIRSCHI, T. *Causes of delinquency*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2005.
- LOPES Jr., E. As redes sociais do crime organizado: a perspectiva da nova sociologia econômica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: AMPOCS, Vol. 24, n. 69, p. 53-68, 2009.
- MARQUES, A.K.M.C. ; LANDIM, F.L.P.; COLLARES, P.M. ; MESQUITA, R.B. de. Apoio social na experiência do familiar cuidador. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Vol. 16, p. 945-955, 2011.
- MARQUES, E.C.L. As redes sociais importam para a pobreza urbana? *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Vol. 52, n. 2, p. 471-505, 2009.
- MARTINS, P.H. Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas. *Caderno CRH*. Salvador: UFBA, Vol. 23, n. 59, 401-418, 2010.
- MEDEIROS, Z. ; VENTURA, P.C.S. Cultura tecnológica e redes sociotécnicas: um estudo sobre o portal da rede municipal de ensino de São Paulo. *Educação e Pesquisa*. São Paulo: FEUSP, v. 34, n. 1, p. 63-75, 2008.
- OSOFSKY, J. D. ; HANN, D. M. ; PEEBLES, C. Genitori adolescenti: rischi e opportunità per madri e bambini. In: ZEANAH C. H. *Manuale di salute mentale infantile*. Milano: Masson, p.33-101, 1996.
- PEREIRA, S.E.F.N. ; SUDBRACK, M.F. O. Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília: UnB, Vol. 24, n. 2, p. 151-159, 2008.
- PIANTA, R.C.; EGELAND, B.; SROUFE, L. A. Maternal stress and children's development: prediction of school outcomes and identification of protective factors. In: ROLF, J. et al. (Org.). *Risk and protective factors in the development of psychopathology*. Cambridge: Cambridge University Press, p.215-256, 1990.
- RADKE-YARROW, M. ; BROWN, E. Resilience and vulnerability in children of multiple-risk families. In: *Development and Psychopathology*. Cambridge: Cambridge University Press, 63, p.581-592, 1993.
- RUTTER, M. Protective factors in children's responses to stress and disadvantage. In: KENT, M. W. ; ROLF, J. E. (Org.). *Primary prevention of psychopathology*. Vol. III: Social competence in children. Hanover: University Press of New England, p.49-73, 1979.
- SERAPIONI, M. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Vol. 10, p. 243-253, 2005.

- SHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*. Brasília: UnB, Vol. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.
- STARK, R.; BAINBRIDGE, W. S. *Religion, deviance & social control*. New York; London: Routledge, 1996.
- STARK, R.; KENT, L.; DOYLE, D. P. Religion and delinquency: the ecology of a "lost" relationship. In: *Journal of Research in Crime and Delinquency*. London: Sage Publications, n. 1, p. 4-24, 1982.
- VELLOSO, R.V. O ciberespaço como ágora eletrônica na sociedade contemporânea. *Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, Vol. 37, n. 2, p. 103-109, 2008.
- WERNER, E. E. ; SMITH R. S. *Overcoming the odds: high risk children from birth to adulthood*. Ithaca: Cornell University Press, 1992.
- WERNER, E. E. Risk, resilience, and recovery: perspectives from the Kauai longitudinal study. In: *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. Washington: APA, 5, p.503-515, 1993.
- WYMAN P. et al. *Relationships among childhood competencies, psychosocial stress and substance use risk behavior in early adolescence*. Rochester: University of Rochester, NY, 1992.
- ZUNZ, J.S.; TURNER, S.; NORMAN, E. Accentuating the positive: stressing resiliency in school-based substance abuse prevention programs. In: *Social Work in Education*. Washington: APA, 15, p.169-176, 1993.